

economia



Observador

Affonso Ritter

aritter20@gmail.com

Tradição de quase 30 anos

O Hotel Casa da Montanha aposta, nesta Páscoa, em cenografia de grande escala – como o coelho com 8,6 mil hortênsias e o ovo inspirado em Fabergé. A programação familiar imersiva, aliada à gastronomia, estimula maior permanência, ao mesmo tempo em que movimentando a cadeia local ao integrar artesãos e fornecedores, reforçando o posicionamento do destino como criativo e competitivo. Essa estratégia se apoia em uma tradição de 28 anos. Parte da decoração integra o acervo do hotel e é reutilizada e restaurada anualmente, preservando a memória da celebração. Neste ano, alguns coelhos ganharam um toque especial: uniformes antigos foram reaproveitados nos figurinos, unindo sustentabilidade e resgate histórico.

Esporte também tem incentivo

A Lei Complementar nº 222, em vigor desde novembro de 2025, já impacta o IR 2026 ao ampliar o sistema de incentivos ao esporte. Empresas no lucro real podem destinar até 2% do imposto devido e pessoas físicas até 7%, agora em modelo mais estruturado e com maior exigência de governança. A advogada Rafaella Krasinski explica como o novo marco muda o planejamento fiscal e institucional das empresas, que tratam o incentivo como estratégia de posicionamento e compliance, e não só como operação tributária.

Selo para Auxiliadora Predial

O Grupo Auxiliadora Predial conquistou, pela 13ª vez, o Selo de Excelência em Franchising, concedido anualmente pela Associação Brasileira de Franchising (ABF). A certificação reconhece empreendimentos que tenham bons índices de satisfação entre franqueados e se divide em cinco categorias – o grupo imobiliário gaúcho faz parte da Máster (possui no mínimo 30 franqueados, 60 unidades e 10 anos de mercado). Com essa conquista, a Auxiliadora Predial se torna a empresa que mais recebeu essa certificação no setor imobiliário.

Aviação brasileira inicia em alta

A aviação brasileira iniciou 2026 com o melhor desempenho da série histórica para o primeiro bimestre. Entre janeiro e fevereiro, ela registrou 22,9 milhões de passageiros em voos domésticos e internacionais no País, crescimento de 10,1% sobre igual período de 2025. O resultado representa o maior volume já registrado nos dois primeiros meses do ano nos últimos 25 anos, segundo o Relatório de Demanda e Oferta da Anac, compilado pelo Ministério de Portos e Aeroportos.

Instabilidade no app do Leão

Contribuintes que tentaram declarar o Imposto de Renda 2026 nesta segunda-feira encontraram instabilidades no site e no aplicativo da Receita Federal dificultando o envio da declaração no primeiro dia de entrega do IR 2026. Os relatos vão desde falha no acesso pelo computador quanto pelo celular até declaração pré-preenchida em branco ou com menos dados do que em anos anteriores. Na manhã, o aplicativo da Receita Federal travou e não era possível carregar a declaração pré-preenchida. No computador, ao tentar começar a declaração, o sistema exibe a mensagem: “Atenção! Não foi possível iniciar a declaração”.

O imposto para projetos sociais

Com o início do período de entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2025 nesta segunda-feira, uma importante oportunidade de impacto social volta à pauta dos contribuintes: a possibilidade de destinar até 6% do imposto devido para projetos sociais do município, sem custo adicional. A iniciativa permite que pessoas físicas que optam pelo modelo completo direcionem parte do valor devido diretamente aos fundos municipais, sendo até 3% para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdica) e até 3% para o Fundo Municipal do Idoso. O valor é abatido do imposto devido, ou seja, não representa gasto extra.

Free shop estreia amanhã no aeroporto de Uruguaiana

Será a primeira operação do tipo em um terminal sem voos internacionais

/ MINUTO VAREJO

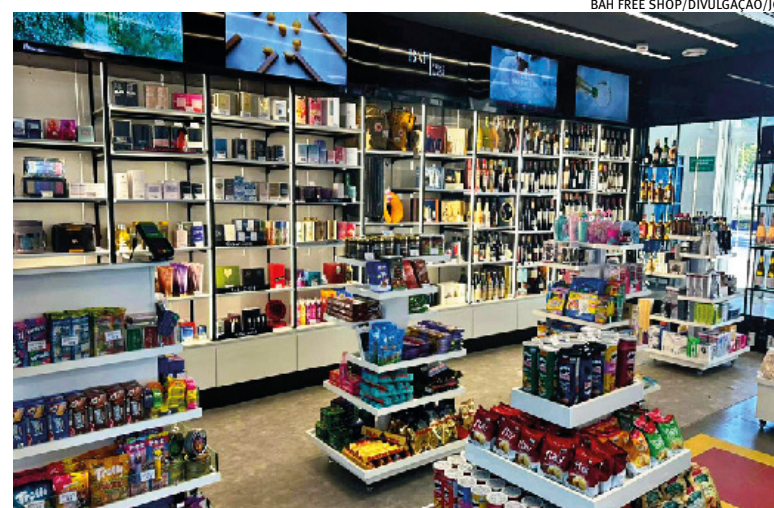
Patrícia Comunello

patriciacomunello@jornaldocomercio.com.br

“Vai ser o único free shop no Brasil, e quem sabe no mundo, fora da área de embarque de um aeroporto”, avisa Paulo Pavin, proprietário do Bah Free Shop, que estreia amanhã no aeroporto de Uruguaiana, na fronteira gaúcha com a Argentina. O ineditismo não para por aí. Será também o primeiro varejo de produtos importados isentos de impostos em um terminal sem voos internacionais no Brasil.

A terceira unidade do Bah – as outras duas ficam no Centro da cidade – só foi possível ser instalada porque Uruguaiana fica na faixa de fronteira das cidades gêmeas e dentro da zona franca criada por lei em 2016. Em 2019, as lojas francas começaram a ser abertas. São quase 40 lojas de Sul a Norte do País. O teto de gasto por CPF é de US\$ 500,00 (cerca de R\$ 2,7 mil) por mês, mesmo valor das unidades terrestres.

O Aeroporto Rubem Ber-



BAH FREE SHOP/DIVULGAÇÃO/JC

Unidade, a terceira do Bah Free Shop, fica no saguão do terminal

ta, alusão ao fundador da antiga companhia Varig e concessão da Motiva, antiga CCR, é internacional, mas não opera como tal. Hoje, o aeródromo tem voos apenas da Azul, com quatro frequências semanais (segunda, quarta, sexta e domingo) para o Salgado Filho, em Porto Alegre.

A operação foca mais perfumaria, bebidas, doces e chocolates, salgados e pequenos presentes, como brinquedos. Uma vantagem, que não é oferecida

em free shops convencionais de aeroportos, é poder parcelar a compra em cartão de crédito.

A direção da Motiva espera que o free shop potencialize fluxo e amplie a experiência no terminal. “Vai integrar ainda mais o aeroporto à dinâmica econômica da região de fronteira”, comenta, em nota, Luciane Cavaleiro, coordenadora comercial da concessionária.

O Bah tem mais duas unidades, com perfil de megaloja, com 3 mil metros quadrados de área de loja e mais de 60 mil itens no mix. São 130 funcionários. Com a nova operação, Uruguaiana passará a contar com 19 lojas do segmento.

A Associação Brasileira de Lojas Francas (ABLF) se mobiliza para elevar a cota a US\$ 1 mil no lado brasileiro, a mesma dos terminais com voos internacionais. Hoje o valor é previsto, mas somando o gasto do lado do Brasil e do outro, da cidade no país vizinho. O deputado estadual Frederico Antunes, que foi um dos articuladores da aprovação da lei federal, lembra que o argumento é o impacto da atividade para as economias dos municípios que podem ter free shops.

A Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado estava fazendo estudos técnicos para validar o pleito. A exigência, segundo o superintendente da Receita, Altemir Melo, é provar que há retorno na geração de valor, incluindo compensação pela perda de arrecadação tributária. “Sem novidades”, disse Melo, à coluna, sobre a reivindicação.

25 de
MAR
a partir das 12h

Tána
Mesa
FEDERASUL

Apoio:
Jornal do Comércio
O jornal de economia e negócios do RS

FEMINICÍDIO NO RS:
COMO TRANSFORMAR INDIGNAÇÃO EM
POLÍTICA PÚBLICA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL



Luciana Cano
Casarotto

Promotora de Justiça
do Tribunal do Júri de
POA e Vice-Presidente
da Associação do
Ministério Público



Natália Fetter

Presidente do Conselho
Estadual dos Direitos
da Mulher

